

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Referentes aos exercícios findos em
31 de Dezembro de 2018 e 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018.....	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018.....	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas", que divulga:

- As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentação complementar do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 28 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		31.792.263	25.286.825
Disponibilidades		2.293.738	79.091
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.470.624	3.769.847
Aplicações no mercado aberto		2.662.356	3.245.218
Aplicações em depósitos interfinanceiros		147.296	142.889
Aplicações em moedas estrangeiras		660.972	381.740
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	3.818.310	2.633.257
Carteira própria		1.117.529	858.129
Vinculados a compromissos de recompra		1.018.123	369.222
Vinculados à prestação de garantias		479.167	345.810
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		759.282	625.899
Instrumentos financeiros derivativos		444.209	434.197
Relações interfinanceiras		7.746	175.256
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		7.491	175.048
Correspondentes		253	208
Operações de crédito	(6)	4.949.924	4.675.650
Setor privado		5.269.457	4.918.107
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(319.533)	(242.457)
Outros créditos		17.192.187	13.881.488
Carteira de câmbio	(7.1)	13.584.272	10.275.900
Rendas a receber		27.850	26.841
Valores a receber relativos a transações de pagamento		1.864.150	1.629.708
Títulos e créditos a receber		1.080.920	1.341.126
Negociação e intermediação de valores		32.427	5.407
Diversos	(7.2)	715.344	743.256
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(112.776)	(140.750)
Outros valores e bens		59.734	72.236
Despesas antecipadas		59.734	72.236
Não Circulante		11.932.417	11.446.979
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	1.975.541	1.859.617
Carteira própria		673.489	709.779
Vinculados a compromissos de recompra		72.536	-
Vinculados à prestação de garantias		563.235	459.005
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		504.707	573.409
Instrumentos financeiros derivativos		161.574	117.424



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais mil) (Continuação)

ATIVO	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
Operações de crédito	(6)	6.751.426	6.446.125
Setor privado		5.637.226	4.584.005
Setor público		1.277.143	2.011.035
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(162.943)	(148.915)
Outros créditos		3.102.208	3.027.977
Carteira de câmbio	(7.1)	1.726.360	1.830.750
Rendas a receber		-	3.740
Valores a receber relativos a transações de pagamento		90.353	54.097
Títulos e créditos a receber		9.341	-
Negociação e intermediação de valores		13.935	-
Diversos	(7.2)	1.263.004	1.139.786
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(785)	(396)
Outros valores e bens		103.242	113.260
Despesas antecipadas		103.242	113.260
Permanente		173.506	131.785
Investimentos		19.390	16.736
Participação em controlada no País	(9.1)	18.817	16.204
Outros investimentos	(9.2)	573	532
Imobilizado de uso		61.097	40.250
Outras imobilizações de uso		103.866	89.049
Depreciações acumuladas		(42.769)	(48.799)
Intangível	(8)	93.019	74.799
Ativos intangíveis		148.907	117.982
Amortização acumulada		(55.888)	(43.183)
TOTAL DO ATIVO		43.898.186	36.865.589

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Página 6



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		27.967.031	24.188.626
Depósitos	(10)	3.933.930	5.578.294
Depósitos à vista		543.866	440.515
Depósitos interfinanceiros		54.239	280.701
Depósitos a prazo		3.152.703	4.714.810
Depósitos em moeda estrangeira		183.122	142.268
Captações no mercado aberto		1.205.641	1.601.271
Carteira própria		914.890	-
Carteira de terceiros		290.654	1.601.271
Carteira de livre movimentação		97	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		2.336.855	1.684.349
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.510.325	1.608.636
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		384.936	-
Certificados de operações estruturadas		441.594	75.713
Relações interfinanceiras		371.935	345.533
Recebimentos e pagamentos a liquidar		371.935	345.533
Relações interdependências		803	968
Recursos em trânsito de terceiros		803	968
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	6.162.188	3.826.687
Empréstimos no exterior		5.115.309	3.771.249
Repasses do país		63.714	55.438
Repasses do exterior		983.165	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	625.068	676.973
Instrumentos financeiros derivativos		625.068	676.973
Outras obrigações		13.330.611	10.474.551
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.406	4.460
Carteira de câmbio	(7.1)	11.771.618	8.904.237
Sociais e estatutárias		134.131	132.126
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	237.561	253.257
Negociação e intermediação de valores		50.306	20.504
Dívida subordinada	(12.2)	35.701	30.564
Obrigações por transações de pagamento		665.234	635.958
Diversas	(12.3)	428.262	493.445
Resultado de exercícios futuros		5.392	-
Não Circulante		12.436.887	9.253.726
Depósitos	(10)	1.577.065	1.038.671
Depósitos a prazo		1.577.065	1.038.671
Recursos de aceites e emissão de títulos		3.887.820	2.427.782
Obrigações por emissão de letras financeiras		2.308.996	1.541.392
Certificados de operações estruturadas		1.578.824	886.390

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais mil) (Continuação)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
Relações interdependências		54.874	67.488
Recursos em trânsito de terceiros		54.874	67.488
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	2.155.624	1.698.808
Repasses do país		48.001	42.819
Repasses do exterior		2.107.623	1.655.989
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	1.167.694	553.028
Instrumentos financeiros derivativos		1.167.694	553.028
Outras obrigações		3.593.810	3.467.949
Carteira de câmbio	(7.1)	1.725.677	1.816.481
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	4.461	4.095
Dívida subordinada	(12.2)	995.553	862.321
Diversas	(12.3)	857.395	768.715
Resultado de exercícios futuros		10.724	16.337
Patrimônio líquido	(13)	3.494.268	3.423.237
Capital social:		1.238.066	1.238.066
De domiciliados no País		4	4
De domiciliados no exterior		1.238.062	1.238.062
Reservas de lucros		884.385	856.791
Ajuste de avaliação patrimonial		3.562	37.276
Participação de não controladores		1.368.255	1.291.104
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.898.186	36.865.589

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em reais mil exceto lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>01.07 a 31.12.2018</u>	<u>01.01 a 31.12.2018</u>	<u>01.01 a 31.12.2017</u>
Receitas da intermediação financeira		2.131.173	4.790.406	3.235.440
Operações de crédito		1.264.010	2.854.522	2.483.323
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		647.309	872.159	811.222
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		149.019	949.500	(638.096)
Resultado de operações de câmbio		-	-	492.714
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		70.835	114.225	86.277
Despesas da intermediação financeira		(1.214.652)	(3.013.711)	(1.702.627)
Operações de captação no mercado		(626.853)	(1.057.166)	(1.014.347)
Operações de empréstimos e repasses		(243.756)	(1.270.116)	(189.539)
Resultado de operações de câmbio		(71.310)	(113.550)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(272.733)	(572.879)	(498.741)
Resultado bruto da intermediação financeira		916.521	1.776.695	1.532.813
Outras receitas (despesas) operacionais		(598.321)	(1.199.322)	(977.922)
Receitas de prestação de serviços		244.653	418.858	436.711
Rendas com tarifas bancárias		58.842	113.630	137.552
Despesas de pessoal		(184.352)	(352.277)	(317.498)
Resultado de participação em controlada	(9)	3.862	7.106	4.879
Outras despesas administrativas	(14)	(487.663)	(981.592)	(1.139.834)
Despesas tributárias	(15)	(73.515)	(148.432)	(158.516)
Outras receitas operacionais	(16.1)	93.741	174.527	376.417
Outras despesas operacionais	(16.2)	(253.889)	(431.142)	(317.633)
Resultado operacional		318.200	577.373	554.891
Resultado não operacional		(135)	(1.918)	(2.277)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		318.065	575.455	552.614
Imposto de renda e contribuição social	(17)	(472)	(109.816)	(133.440)
Provisão para imposto de renda		20.410	(13.020)	(60.267)
Provisão para contribuição social		18.119	(7.648)	(48.043)
Ativo fiscal diferido		(39.001)	(89.148)	(25.130)
Participações no lucro		(53.210)	(107.077)	(137.260)
Lucro líquido do semestre/exercício		264.383	358.562	281.914
Juros sobre capital próprio		(140.000)	(140.000)	(140.000)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em reais mil)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	724.730	513.336	136.833	726.583	12.121	-	1.266.678	3.380.280
Homologação do aumento de capital	513.336	(513.336)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's								
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	26.443	-	5.388	31.831
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.288)	-	-	(1.288)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	262.876	19.038	281.914
Destinações:								
Reserva legal	-	-	13.143	-	-	(13.143)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	109.733	-	(109.733)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(140.000)	-	(140.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(129.501)	-	-	-	(129.501)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.238.066	-	149.976	706.815	37.276	-	1.291.104	3.423.237
Ajuste ao valor de mercado - TVM's								
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(29.012)	-	(4.084)	(33.096)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	(4.702)	-	-	(4.702)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	277.327	81.235	358.562
Destinações:								
Reserva legal	-	-	13.867	-	-	(13.867)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	123.460	-	(123.460)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(140.000)	-	(140.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(109.733)	-	-	-	(109.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.238.066	-	163.843	720.542	3.562	-	1.368.255	3.494.268
Saldos em 30 de junho de 2018	1.238.066	-	154.895	597.082	7.302	93.452	1.284.089	3.374.886
Ajuste ao valor de mercado - TVM's								
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	1.651	-	(1.261)	390
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	(5.391)	-	-	(5.391)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	178.956	85.427	264.383
Destinações:								
Reserva legal	-	-	8.948	-	-	(8.948)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	123.460	-	(123.460)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(140.000)	-	(140.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.238.066	-	163.843	720.542	3.562	-	1.368.255	3.494.268

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Página 10

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em reais mil)

	<u>01.07 a</u> <u>31.12.2018</u>	<u>01.01 a</u> <u>31.12.2018</u>	<u>01.01 a</u> <u>31.12.2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	359.286	823.687	1.086.929
Lucro/(prejuízo) líquido	264.383	358.562	281.914
Depreciações e amortizações	14.577	25.584	16.136
Resultado de participação em controlada	(3.862)	(7.106)	(4.879)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(249.002)	(366.188)	141.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	272.733	572.879	498.741
Provisão para garantia e fianças prestadas	7.120	3.871	(20.594)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	29.944	46.925	11.640
Tributos diferidos	39.001	89.148	25.130
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(23.815)	13.049	-
Participações nos lucros e bônus	43.173	94.186	124.247
Provisão - outras	15.081	26.128	49.390
Provisão para perdas operacionais	36.553	57.898	-
Receita de prestação de serviços não recebidas	(78.189)	(80.961)	(30.719)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	2.805	5.246	7.361
Variação monetária	(11.064)	(15.073)	(13.348)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimento e imobilizado de uso	(186)	(495)	-
Diversos	34	34	-
Variação de ativos e obrigações	2.475.911	1.148.376	(93.796)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	44.471	(618.242)	(1.643.871)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	1.026.141	(377.620)	1.646.344
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	89.560	167.469	10.327
(Aumento) Redução em relações interdependências	84.013	13.627	347.505
(Aumento) Redução em operações de crédito	(337.023)	(1.149.683)	(3.892.342)
(Aumento) Redução em outros créditos	2.638.083	(3.328.193)	1.239.469
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(8.819)	17.274	88.030
Aumento (Redução) em depósitos	827.994	(616.920)	2.639.996
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(980.258)	(395.896)	(84.989)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	351.575	2.112.544	716.540
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(21.000)	(32.685)	(25.340)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.336.167	2.792.317	895.080
Aumento (Redução) em outras obrigações	(3.576.245)	2.564.605	(2.011.531)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	1.252	(221)	(19.014)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.835.197	1.972.063	993.133
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) Alienação de investimentos	(420)	4.452	5.276
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(27.798)	(32.448)	(22.028)
(Aquisição) Alienação de intangível	(15.287)	(31.707)	(26.337)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(43.505)	(59.703)	(43.089)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	(228.733)	(228.733)	(167.750)
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	59.163	138.369	29.437
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(169.570)	(90.364)	(138.313)
Variação de caixa e equivalente de caixa	2.622.122	1.821.996	811.731
No início do período	2.905.923	3.706.049	2.894.318
No fim do período	5.528.045	5.528.045	3.706.049
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.622.122	1.821.996	811.731

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil ("Banco"), do Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior e BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. é a empresa líder do Conglomerado e opera como banco múltiplo, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Conglomerado foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 13 de março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **i)** provisão para créditos de liquidação duvidosa; **ii)** ativos fiscais diferidos; **iii)** provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; **iv)** valorização de instrumentos financeiros e **v)** outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Conglomerado, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.



c) Reclassificação de saldo de Outras Obrigações

Por determinação do Banco Central, através da Carta Circular nº 3.828 de 19 de junho de 2017 do Banco Central, houve reclassificação do saldo relativo a transações de pagamento do grupo de "Outras obrigações - diversas" (nota 12.3) para o grupo de "Depósitos à vista" (nota 10).

Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, para melhor comparabilidade, e não geraram nenhum efeito relevante, qualitativa ou quantitativamente, nas demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa das atividades operacionais e das mutações do patrimônio líquido.

Balanço Patrimonial	Saldo apresentado	Reclassificação	Saldo reclassificado
	31.12.2017		31.12.2017
Depósitos à vista	895	18.187	19.082
Outras obrigações - diversas (circulante)	867.212	(18.187)	849.025

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção de "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- **"Hedge" de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas



realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

As operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses é utilizado a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99 para determinação do nível de risco.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

g) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, ou o prazo do contrato, dos dois o menor sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados, 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.



- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25) e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.

n) Provisão para Impostos e Contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social e vem sendo calculada à alíquota de 20% desde 01º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, sobre os rendimentos tributáveis conforme majoração estabelecida pela Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, fruto da conversão da Medida Provisória nº 675.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias.

A provisão para contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída às alíquotas de 2% e 5% aplicadas sobre as receitas de prestação de serviços.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidade	2.293.738	79.091
Aplicações no mercado aberto (a)	2.662.356	3.245.218
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	60.434	-
Aplicações em moedas estrangeiras (a)	511.517	381.740
Total	5.528.045	3.706.049

(a) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	31.12.2018								31.12.2017
	Ajuste a mercado				Por Vencimento				Valor de mercado
	Valor de custo/ contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	188	-	-	188	-	-	-	188	177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	234.303	1.373	-	235.676	10.583	5.423	8.687	210.983	114.938
Notas do Tesouro Nacional - NTN	900.073	17.967	-	918.040	1.334	1.309	-	915.397	639.119
	1.134.564	19.340	-	1.153.904	11.917	6.732	8.687	1.126.568	754.234
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.942.216	-	45.336	1.987.552	-	472.734	526.105	988.713	1.814.191
Notas do Tesouro Nacional - NTN	287.797	-	7.424	295.221	-	160.847	-	134.374	288.625
Letras Financeiras - LF	278.010	-	-	278.010	-	-	18.864	259.146	241.794
Debêntures	512.090	-	(4.507)	507.583	-	109.812	-	397.771	-
Nota Soberana	831.169	-	(16.190)	814.979	-	-	814.979	-	673.614
Ações em Cia Fechada (*)	2.128	-	(533)	1.595	-	-	-	1.595	1.601
Cotas FILCB	32.248	-	-	32.248	-	-	-	32.248	30.314
	3.885.658	-	31.530	3.917.188	-	743.393	1.359.948	1.813.847	3.050.139
Títulos até o vencimento									
CDB	116.976	-	-	116.976	-	116.976	-	-	136.880
	116.976	-	-	116.976	-	116.976	-	-	136.880
Subtotal do ativo	5.137.198	19.340	31.530	5.188.068	11.917	867.101	1.368.635	2.940.415	3.941.253
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	90.168	(13.704)	-	76.464	272	18.365	50.822	7.005	118.795
Operações a termo	331.932	(24.313)	-	307.619	76.181	166.506	45.134	19.798	89.744
Operações de "swap"	169.277	52.423	-	221.700	947	46.302	39.680	134.771	343.082
	591.377	14.406	-	605.783	77.400	231.173	135.636	161.574	551.621
Total do ativo	5.728.575	33.746	31.530	5.793.851	89.317	1.098.274	1.504.271	3.101.989	4.492.874
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	777.318	(545.145)	-	232.173	2.682	32.543	46.201	150.747	314.327
Operações a termo	236.198	41.369	-	277.567	24.757	165.392	33.273	54.145	273.936
Operações de "swap"	882.665	400.357	-	1.283.022	11.047	59.230	249.943	962.802	641.738
Total do passivo	1.896.181	(103.419)	-	1.792.762	38.486	257.165	329.417	1.167.694	1.230.001

(*) Para informações sobre as ações em Companhia Fechada veja nota 9.2.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).



A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de “swap”** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. O valor justo dos “swaps” é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como “Black & Scholes”, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA	Total	
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	BM&FBovespa Câmaras de liquidação	Valor nominal 31.12.2018	Valor nominal 31.12.2017
Valor nominal por contraparte							
Operações com opções	39.972	6.923.980	606.314	4.058	19.905.300	27.479.624	45.843.826
Comprada	-	3.540.430	1.900	-	9.788.550	13.330.880	23.330.608
Vendida	39.972	3.383.550	604.414	4.058	10.116.750	14.148.744	22.513.218
Operações com “swap”	-	8.890.705	2.089.194	3.723.979	1.329.246	16.033.124	15.202.516
“Swap”	-	8.890.705	2.089.194	3.723.979	1.329.246	16.033.124	15.202.516
Operações com futuros	-	-	-	-	41.235.263	41.235.263	34.580.349
Comprada	-	-	-	-	21.543.448	21.543.448	17.773.511
Vendida	-	-	-	-	19.691.815	19.691.815	16.806.838
Operações a termo	-	12.905.512	168.433	756.520	-	13.830.465	15.945.961
Comprada	-	7.558.617	164.373	-	-	7.722.990	9.209.791
Vendida	-	5.346.895	4.060	756.520	-	6.107.475	6.736.170
Total						98.578.476	111.572.652

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 31.12.2018	Valor nominal 31.12.2017
Operações com opções	76.464	232.173	27.479.624	45.843.826
Compra de opção de:	76.464	696	13.330.880	23.330.607
Compra de Dólar	66.382	-	3.157.922	5.260.690
Venda DI 1 dia	1.200	-	8.116.000	-
Venda de Dólar	8.882	696	2.056.958	18.069.917
Venda de opção de:	-	231.477	14.148.744	22.513.219
Compra de Dólar	-	23.890	1.207.798	982.174
Compra de Ações	-	157.315	642.864	232.101
Venda de Ações	-	3.030	5.187	805
Venda DI 1 dia	-	688	8.115.000	17.357.000
Venda de Dólar	-	46.554	4.177.895	3.941.139



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2018	31.12.2017
Operações com "swap"	221.700	1.283.022	16.033.124	15.202.516
Ações x DI	1.381	426.520	2.525.251	1.220.299
Ações x PRÉ	24.201	-	691.660	716.839
Cupom de Dólar x LIBOR	-	19.864	1.447.350	-
Cupom de Dólar x DI	36.234	-	200.000	506.338
Cupom de Dólar x PRÉ	-	3.837	200.000	200.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	868.690	1.963.694
Cupom de Dólar x Outros	10.656	1.006	1.075.410	237.418
DI x Ações	-	-	-	54.875
DI x Cupom de Euro	8.710	31.298	699.042	657.966
DI x Cupom de Dólar	2.849	558.482	3.824.651	4.656.151
DI x Índice de Preço	-	156.750	751.373	886.953
DI x PRÉ	477	4.499	254.636	31.176
Índice de Preço x DI	66.317	8.761	303.269	391.346
PRÉ x Ações	-	25.464	843.147	1.179.339
PRÉ x Cupom de Euro	51.430	27.801	939.514	1.031.967
PRÉ x Cupom de Dólar	-	18.740	569.051	778.728
PRÉ x Outros	19.445	-	840.080	689.427
Operações com futuros	-	-	41.235.263	34.580.349
Operações com futuros - Comprada	-	-	21.543.448	17.773.511
Cupom Cambial - DDI	-	-	13.120.285	8.757.162
DI	-	-	6.810.145	6.607.797
Moedas	-	-	1.613.018	2.408.552
Operações com futuros - Vendida	-	-	19.691.815	16.806.838
Cupom Cambial - DDI	-	-	1.549.396	1.872.487
DI	-	-	12.833.563	13.322.450
Moedas	-	-	5.308.856	1.611.901
Operações a termo	307.619	277.567	13.830.465	15.945.961
Operações a termo - Comprada	222.335	191.654	7.722.990	9.209.791
Moeda	222.335	191.654	7.722.990	9.209.791
Operações a termo - Vendida	85.284	85.913	6.107.475	6.736.170
Moeda	85.284	85.913	6.107.475	6.736.170

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R\$1.042.402 (R\$804.815 em 2017).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DDI	02.01.2023	678.945	Repases Exterior - Res. 2.770	Dólar	681.584	679.103	1.450
DDI	02.01.2026	1.076.325	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.053.745	1.076.573	7.953
DI	01.07.2022	7.876.820	CDI	Pré	7.750.806	7.886.378	(48.755)
DI	01.07.2019	497.327	Nota Soberana	Pré	496.658	497.450	(3.574)
DI	02.01.2020	24.008	Instr. Dívida-LF Res. 3.444	Pré	22.994	24.014	210
DI	03.01.2022	155.990	Títulos - LTN	Pré	151.982	156.028	4.046

"Hedge" de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Ajuste no patrimônio líquido
DI	04.01.2021	1.068.443	LF	Pós	1.057.095	1.068.734	6.494

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2018, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	31.12.2018						31.12.2017	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber(*)	Transações de pagamento a receber	Total	Valor contábil
AA	2.402.216	720.121	145.288	805.162	406.014	-	4.478.801	3.623.067
A	7.714.305	141.975	42.597	-	573.300	1.913.498	10.385.675	9.322.459
B	203.551	6.327	95.074	965.590	110.947	17.110	1.398.599	720.451
C	175.781	3.774	-	-	-	9.052	188.607	1.544.762
D	68.316	2.308	-	-	-	5.043	75.667	101.416
E	48.798	1.751	-	-	-	3.759	54.308	64.935
F	58.878	1.548	-	110.405	-	2.963	173.794	187.987
G	41.058	1.152	-	-	-	963	43.173	56.919
H	302.534	6.474	-	-	-	2.115	311.123	193.849
Total	11.015.437	885.430	282.959	1.881.157	1.090.261	1.954.503	17.109.747	15.815.845
PDD	467.260	12.646	2.570	87.474	7.479	18.608	596.037	532.518

(*) No exercício de 2018 foi cedido o montante de R\$367.254 (R\$337.572 em 2017) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	10.374.016	60,64	9.626.882	60,87
Serviços	3.390.103	19,81	2.290.349	14,48
Indústria	1.803.418	10,54	1.196.075	7,56
Comércio	265.067	1,55	691.504	4,37
	15.832.604	92,54	13.804.810	87,28
Setor público:				
Governo Estadual	1.277.143	7,46	2.011.035	12,72
	1.277.143	7,46	2.011.035	12,72
Total	17.109.747	100,00	15.815.845	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	7.142.884	41,74	6.186.601	39,12
De 181 a 360 dias	2.719.908	15,90	2.737.532	17,31
Acima de 361 dias	7.014.063	41,00	6.649.136	42,04
Vencidos:				
Até 14 dias	12.525	0,07	39.113	0,25
De 15 a 60 dias	45.910	0,27	42.286	0,27
Vencidas há mais de 60 dias	174.457	1,02	161.177	1,01
Total	17.109.747	100,00	15.815.845	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial do exercício	532.518	631.394
Constituição da provisão	781.970	810.079
Reversão da provisão	(209.091)	(311.338)
Baixa da provisão	(509.360)	(597.617)
Saldo no final do exercício	596.037	532.518
Provisão específica	523.673	457.430
Provisão prudencial	72.364	75.088

Em 2018 houve recuperação referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$29.332 (R\$53.755 em 2017) e créditos baixados e controlados em conta de compensação montam R\$1.179.797 (R\$1.033.822 em 2017). Os créditos renegociados no exercício montam R\$3.535.245 (R\$2.302.334 em 2017).



7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO		
Câmbio comprado a liquidar	7.728.990	6.392.196
Direitos sobre venda de câmbio	7.559.951	5.690.328
Adiantamentos em moeda nacional	(11.522)	(95)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	33.213	24.221
Total	15.310.632	12.106.650
Curto prazo	13.584.272	10.275.900
Longo prazo	1.726.360	1.830.750
PASSIVO	31.12.2018	31.12.2017
Câmbio vendido a liquidar	7.857.880	6.020.336
Obrigações por compra de câmbio	7.487.359	5.953.930
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(1.847.944)	(1.253.548)
Total	13.497.295	10.720.718
Curto prazo	11.771.618	8.904.237
Longo prazo	1.725.677	1.816.481

7.2 Outros Créditos - Diversos

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Crédito tributário de impostos e contribuições	859.133	853.905
Adiantamento de comissão	7.339	8.954
Valores a receber de sociedades ligadas	2.092	2.886
Antecipação de portabilidade	10.080	1.172
Pagamentos a ressarcir	633	2.072
Impostos e contribuições a compensar	202.050	188.824
Devedores diversos - Exterior	75.148	28.212
Devedores diversos - País	208.883	262.231
Adiantamentos diversos	11.433	5.834
Devedores por depósitos em garantia	601.557	528.952
Total	1.978.348	1.883.042
Curto prazo	715.344	743.256
Longo prazo	1.263.004	1.139.786

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em 01.01.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2018
Imposto de renda				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	132.456	152.090	(134.392)	150.154
Ajuste a mercado de derivativos	24.995	15.981	(24.995)	15.981
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	815	2.952	(815)	2.952
Provisão para riscos fiscais	121.096	7.110	-	128.206
Provisão para outros passivos contingentes	49.221	12.056	(1.638)	59.639
Provisão de avais e fianças	20.493	5.212	(4.268)	21.437
Provisão para outros passivos	40.335	42.859	(35.513)	47.681
Provisões diversas	45.059	6.347	(9.615)	41.791
Amortização Ágio	45.771	-	(20.451)	25.320
Prejuízo fiscal	23.277	20.256	(12.458)	31.075
	503.518	264.863	(244.145)	524.236
Contribuição social				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	105.966	97.219	(105.718)	97.467
Ajuste a mercado de derivativos	19.995	12.783	(19.995)	12.783
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	653	1.711	-	2.364
Provisão para riscos fiscais	72.657	4.265	-	76.922
Provisão para outros passivos contingentes	30.085	10.564	(4.291)	36.358
Provisão de avais e fianças	14.092	2.191	(3.439)	12.844
Provisão para outros passivos	31.148	27.811	(23.679)	35.280
Provisões diversas	31.300	5.113	(8.872)	27.541
Amortização Ágio	31.553	-	(16.357)	15.196
Base negativa	12.938	13.529	(8.325)	18.142
	350.387	175.186	(190.676)	334.897
Total 2018	853.905	440.049	(434.821)	859.133
Total 2017	883.241	315.269	(305.348)	893.162



A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2018 é:

Projeção	2019	2020	2021	2022	2023	de 2024 até 2028	Total
Créditos tributários	402.149	145.988	31.785	171.411	50.433	57.367	859.133

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2018, é estimado em R\$589.788 (R\$666.082 em 2017) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

8. INTANGÍVEL

É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$29.778 (R\$31.659 em 2017), decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por "impairment" ao menos anualmente, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$63.241 (R\$43.140 em 2017).

	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance	35.577	(5.799)	29.778	31.659
Outros ativos intangíveis	113.330	(50.089)	63.241	43.140
Total	148.907	(55.888)	93.019	74.799

9. INVESTIMENTO

9.1 Investimento em Controlada No País

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	31.12.2018	31.12.2017
Informações relevantes sobre o investimento		
Patrimônio Líquido	24.780	21.786
Resultado do exercício	9.554	6.560
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	7.106	4.879
Participação Societária	18.431	16.204
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.		
Participação Societária	386	-
Valor contábil do investimento	18.817	16.204

Em agosto de 2018 foram adquiridas 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da companhia CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. no valor total de R\$1.000. Em dezembro de 2018 foi autorizado um aporte de capital no valor total de R\$386.

9.2 Outros investimentos

O Banco BNP Paribas possui 6,6667% das ações da companhia Galgo S.A. no valor de R\$1.595.

10. DEPÓSITOS

Segue abaixo a captação em depósitos existente em 31 de dezembro de 2018 por vencimento:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 2018	Total 2017
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	543.866	-	-	-	-	543.866	440.515
Depósito interfinanceiro	-	9.942	44.297	-	-	54.239	280.701
Depósito a prazo	-	97.852	1.012.004	2.042.847	1.577.065	4.729.768	5.753.481
Depósito em moeda estrangeira	183.122	-	-	-	-	183.122	142.268
Total	726.988	107.794	1.056.301	2.042.847	1.577.065	5.510.995	6.616.965



11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Empréstimos e repasses	8.317.812	5.525.495
Curto prazo	6.162.188	3.826.687
Longo prazo	2.155.624	1.698.808

- Obrigações em Moedas Estrangeiras – No valor de R\$5.115.309 (R\$3.771.249 em 2017) financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:
 - i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 29 de novembro de 2019 com encargos financeiros que variam de 2,41% a.a. a 3,07% a.a. (1,44% a.a. a 2,13% a.a. em 2017), além da respectiva variação cambial;
 - ii) Em 31 de dezembro de 2018 o Conglomerado Prudencial não tinha posição em Outros Empréstimos (1,50% a.a. em 2017 com respectiva variação cambial);
- Operações de Repasses do País BNDES – No valor de R\$381 (R\$57.210 em 2017) vencíveis até 16 de setembro de 2019 com encargos que variam de:
 - i) 7,60% a.a. a 7,99% a.a. (7,99% a.a. a 8,50% a.a. em 2017) acima da variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP;
 - ii) 5,70% a.a. a 8,00% a.a. (6,50% a.a. em 2017) para operações em R\$-PRÉ; e
 - iii) Em 31 de dezembro de 2018 o Conglomerado não tinha posição em UMBNDES (2,50% a.a. em 2017)
- Operações de Repasses do País FINAME – No valor de R\$5.261 (R\$7.266 em 2017) com encargos financeiros que variam de 5,70% a.a. a 8,00% a.a. (5,70% a.a. a 8,00% a.a. em 2017), vencíveis até 16 de agosto de 2021.
- Operações de Repasses do País FUNCAFE – No valor de R\$106.072 (R\$33.781 em 2017) com encargos que variam de 1,50% a.a. a 6,75% a.a. (6,00% a.a. a 6,75% a.a. em 2017), vencíveis até 30 de novembro de 2020.
- Repasses do Exterior – No valor de R\$3.090.789 (R\$1.655.989 em 2017) realizadas com BNP Paribas Paris, com encargos financeiros de 2,54% a.a. a 6,80% a.a. (2,90% a.a. a 6,80% a.a. em 2017), vencíveis até 15 de fevereiro de 2023.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Composição de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	2.590	95.587
Impostos e contribuições a recolher	66.275	65.012
Provisão para impostos e contribuições diferidos (a)	173.157	96.753
Total	242.022	257.352
Curto prazo	237.561	253.257
Longo prazo	4.461	4.095

- (a) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$168.023 (R\$89.883 em 2017), tendo como contrapartida R\$12.022 no patrimônio líquido (R\$20.454 em 2017) e no resultado R\$90.162 (R\$53.294 em 2017).

12.2 Composição de Outras Obrigações - Dívida Subordinada

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Dívida subordinada - Resolução CMN 3.444/07	23.546	21.226
Dívida subordinada - Resolução CMN 4.192/13	1.007.708	871.659
Total	1.031.254	892.885
Curto prazo	35.701	30.564
Longo prazo	995.553	862.321

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões equivalentes a R\$698.837 e R\$308.871 (R\$604.933 e R\$266.726 em 2017), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2018 com juros de 5,27% a.a. e 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, respectivamente.

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 está representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$23.546 (R\$21.226 em 2017), vencíveis até fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a.



12.3 Composição de Outras Obrigações – Diversas

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Valores a pagar à sociedade ligada	36.110	16.154
Provisão de despesas de pessoal	176.007	175.282
Provisão para perdas com fianças e avais	85.748	81.973
Provisão para passivos contingentes cíveis	158.759	121.059
Provisão para contingências fiscais (a)	535.538	512.175
Provisão para contingência trabalhista	79.599	73.338
Valores a serem liberados aos conveniados	79.031	115.118
Provisão para despesas administrativas	115.457	142.283
Outras	19.408	24.778
Total	1.285.657	1.262.160
Curto prazo	428.262	493.445
Longo prazo	857.395	768.715

(a) Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para riscos fiscais é composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$356.351 (R\$350.037 em 2017) e R\$57.615 (R\$56.578 em 2017), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$105.815 (R\$99.503 em 2017) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31.12.2017	512.175	121.060	73.337	706.572
Constituição	9.391	53.305	16.186	78.882
Reversão/pagamento	(12.170)	(15.606)	(12.006)	(39.782)
Atualização monetária	26.142	-	2.082	28.224
Saldo em 31.12.2018	535.538	158.759	79.599	773.896
Saldo em 31.12.2017	512.175	121.059	73.338	706.572

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível, trabalhista e fiscal. Em 31 de dezembro de 2018, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$528.368 (R\$526.210 em 2017).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	166.829
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial e do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

	<u>Total 31.12.2018</u>			<u>Total 31.12.2017</u>
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	2.126.013	1.368.255	3.494.268	3.423.237
Resultado do exercício	277.327	81.235	358.562	281.914

13.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo obrigatório</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A.	1%

Do lucro líquido apurado no final do exercício, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.



O Líder do Conglomerado auferiu lucro no exercício no montante de R\$277.327 (R\$262.876 em 2017) que por deliberação dos acionistas controladores foi destinado da seguinte forma: R\$13.867 a título de Reserva Legal conforme Estatuto Social (R\$13.143 em 2017), R\$123.460 para Reserva Estatutária (R\$109.733 em 2017) e R\$140.000 a título de Juros sobre Capital Próprio em 2018 e 2017.

A empresa com participação de não controlador auferiu lucro no exercício no montante de R\$81.235 (R\$19.038 em 2017) distribuído da seguinte forma: R\$4.062 (R\$3.240 em 2017) a título de Reserva Legal e R\$77.173 a título de Reserva de Lucros (R\$15.798 em 2017).

13.3 Dividendos

Em AGE de 24 de maio de 2018 foi decidido distribuir R\$109.733 da Reserva de Lucros a título de dividendos a seus acionistas referente a resultado de exercícios anteriores.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas basicamente:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Despesa de serviço do sistema financeiro	151.819	88.736
Despesa de processamento de dados	109.612	98.456
Despesa de serviço de terceiro	44.669	40.734
Despesa de alugueis	27.496	19.173
Despesa de serviço de técnico especializado	451.621	713.863
Outras	196.375	178.872
Total	981.592	1.139.834

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias são compostas basicamente:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Despesa de contribuição à COFINS	108.101	114.829
Despesas ISS	18.278	21.669
Despesa de contribuição ao PIS	17.586	18.681
Outras	4.467	3.337
Total	148.432	158.516

16. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

16.1 Outras receitas operacionais

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Reversão de provisões de fianças prestadas	3.370	57.020
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	69.045	110.026
Variação cambial	697	9.199
Receitas - multas por atraso	23.151	24.058
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	13.097	10.917
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	22.071	30.156
Ajuste a valor de mercado	3.849	90.391
Recuperação de encargos e despesas	1.669	13.018
Ressarcimento de custos operacionais	34.739	26.917
Outras	2.839	4.715
Total	174.527	376.417

16.2 Outras despesas operacionais

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	26.142	34.963
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	111.803	78.323
Descontos concedidos em renegociações	30.955	30.695
Convênios	44.465	39.012
Despesas operacionais com parceiros comerciais	35.625	-
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	5.246	7.361
Provisão para perdas e fianças prestadas	7.026	34.589
Ajuste a valor de mercado	50.520	5.317
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	2.045	1.940
Ressarcimento de custos operacionais	11.873	11.628
Provisão para perdas operacionais	57.898	38.078
Recompras não averbada	117	42
Outras	26.292	24.566
Variação cambial	21.135	11.119
Total	431.142	317.633



17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	575.455	552.614
(-) Participação dos empregados no lucro	(107.077)	(137.260)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social	468.378	415.354
(-) Juros sobre capital próprio	(140.000)	(140.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	328.378	275.354
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (*)	(147.770)	(128.813)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	3.198	9.957
Notas Soberanas	21.430	15.836
Efeito da majoração de alíquota CSLL	741	(10.670)
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	12.585	(19.750)
Total	(109.816)	(133.440)

(*) Inclui o efeito da elevação da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações – Diversas (vide nota 12.3).

<u>"Rating"</u>	<u>Garantia Prestada</u>							
	<u>Fiança Bancária</u>	<u>"Performance bond"</u>	<u>Fiança de processos em juízo</u>	<u>"Advance payment bond"</u>	<u>Adiantamento de contrato</u>	<u>Pagamento de aluguel</u>	<u>"Bid bond"</u>	<u>Total 2018</u>
AA	1.392.674	1.568.563	1.230.164	5.741	333.238	111.429	-	4.641.809
A	683.982	181.534	157.374	-	66.495	4.618	309	1.094.312
B	675.362	108.505	92.106	-	117.206	-	-	993.179
C	248.907	-	-	-	-	-	-	248.907
D	960	-	21.786	33.803	-	-	-	56.549
F	-	-	270	-	-	-	-	270
H	18.774	-	-	-	-	-	-	18.774
Total 31.12.2018	3.020.659	1.858.602	1.501.700	39.544	516.939	116.047	309	7.053.800
PDD	57.114	7.360	10.542	6.773	3.650	307	2	85.748
Total 31.12.2017	2.608.036	1.429.506	1.192.025	45.474	274.289	83.262	74.409	5.707.001
PDD	52.659	5.164	13.480	8.544	1.134	750	242	81.973

18.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$71.170.083 (R\$54.983.654 em 2017).

18.3 Operações vinculadas

Em dezembro de 2018 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2018</u>						<u>31.12.2017</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>I.R.</u>	<u>Receita (Despesa)</u>		<u>Ativo/(Passivo)</u>	
				<u>Varição cambial</u>	<u>Juros</u>		
Operação de crédito - Empréstimo	1.372.386	-	14.745	191.446	88.996	1.008.640	
Empréstimos no exterior	-	1.376.964	14.745	(177.417)	(84.400)	(1.008.640)	

Operação de Empréstimo (NCE) com data de início em 25 de abril de 2018 foi vinculada à Resolução nº 2921/02 em 28 de novembro de 2018.

18.4 Transações com partes relacionadas

18.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$24.899 (R\$27.805 em 2017), benefícios de longo prazo de R\$5.276 (R\$524 em 2017). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração em ações.



18.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.278.819	-	76.006	-
BNP Paribas S.A. Paris	2.272.116	-	65.918	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Nova York	6.703	-	10.088	-
Derivativos a receber/(a pagar)	(400.938)	(562.534)	(51.399)	8.933
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	(400.938)	(562.534)	(51.399)	8.933
Serviços Prestados a Receber	7.203	35.640	7.204	37.673
Grupo Cardif	5.580	34.209	6.397	36.877
Cetelem Serviços Ltda.	343	-	11	-
Arval Brasil Ltda.	729	880	796	796
BNP Paribas Securities Colombia	375	375	-	-
BNP Paribas S.A. - Colombia	176	176	-	-
Devedores diversos - exterior	75.115	79.181	29.081	61.543
BNP Paribas Securities Colombia	1.236	1.236	122	848
BNP Paribas S.A. - Colombia	708	4.774	755	5.141
BNP Paribas S.A. Paris	73.171	73.171	28.204	55.554
Outros Créditos - Valores a receber de sociedades ligadas	1.919	17.277	-	-
Grupo Cardif	1.919	17.277	-	-
Depósitos à vista	(787)	-	(115)	-
Arval Brasil Ltda.	(460)	-	(1)	-
Grupo Cardif	(64)	-	(35)	-
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	(186)	-	(23)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(70)	-	(53)	-
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	(2)	-	(1)	-
Cetelem Serviços Ltda.	(5)	-	(2)	-
Depósitos a Prazo	(118.690)	(6.850)	(105.650)	(9.943)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	(831)	(47)	(62)	(5)
Arval Brasil Ltda.	(66.885)	(2.426)	(55.810)	(5.629)
Cetelem America S.A.	(2.785)	(299)	(3.299)	(230)
Cetelem Serviços Ltda.	(48.189)	(4.078)	(46.479)	(4.079)
Obrigações por operações compromissadas	(455.793)	(49.881)	(319.170)	(12.554)
BNP Paribas EQD Brazil Multimercado CPI no Exterior	(455.793)	(49.881)	(319.170)	(12.554)
Obrigações por emissão de letras financeiras	-	(2)	(767)	(71)
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	-	(2)	(767)	(71)
Obrigações por empréstimos e repasses	(8.206.093)	(1.049.965)	(5.262.377)	(82.792)
BNP Paribas S.A Paris e Nova York	(8.206.093)	(1.049.965)	(5.262.377)	(82.792)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(36.110)	(56.521)	(16.153)	(34.435)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(1.761)	-	(2.056)	-
Arval Brasil Ltda.	-	(662)	-	-
Cardif do Brasil S.A.	(3.143)	-	(3.350)	-
Cetelem Serviços Ltda.	(602)	(33.703)	(2)	(22.871)
Cetelem França	(30.604)	(22.156)	(10.745)	(11.564)
Outras obrigações - Dívida subordinada	(1.007.708)	(184.703)	(871.659)	(89.778)
BNP Paribas S.A. Paris	(308.871)	(57.782)	(266.726)	(35.066)
S.A de Gestion D'Investissements de Participations - SAGIP	(698.837)	(126.921)	(604.933)	(54.712)



19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

19.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutional & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.2. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.3. Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets RISK GM que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.5 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados riscos relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (banking book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) tem a missão de auxiliar as Diretorias das entidades do Conglomerado Prudencial no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNPP, entidade líder do Conglomerado. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos órgãos regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital individual das entidades e do Conglomerado Prudencial como um todo. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital

Conforme AGE - Ata da Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de março de 2019, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando dos atuais R\$1.238.066 para R\$1.754.606, sem alteração do número atual de ações representativas do capital social, a ser aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

Página 27



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança